

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Diretoria Estadual de Saúde Mental**

Memorando.SES/SUBPAS-SRAS-DATE-DESM.nº 505/2019

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2019.

Para: Juliana Ávila Teixeira

Superintendente de Redes de Atenção à Saúde

Assunto: Considerações sobre o Plano Municipal de Belo Oriente - Saúde Mental

Referência: [Processo nº 1320.01.0128373/2019-34].

Prezada Superintendente,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Despacho nº 2398/2019/SES/SUBPAS, que solicita avaliação técnica e emissão de parecer da área sobre o Plano Municipal de Belo Oriente, encaminhamos as considerações abaixo.

As situações de emergências e desastres tem impactos complexos na saúde mental da população e a literatura científica aponta a importância do fortalecimento de uma rede de suporte psicossocial que atue no momento imediatamente posterior ao desastre e a médio e longo prazo, monitorando os efeitos do desastre e garantindo acolhimento integral. Importante salientar que vários aspectos devem ser considerados no fortalecimento de uma rede de atenção psicossocial, entre eles os cuidados especializados em serviços como os Centros de Atenção Psicossocial, o trabalho conjunto e corresponsável com a atenção primária, fortalecida pelo processo de matriciamento, a capacitação das equipes envolvidas no cuidado e o cuidado ao profissional cuidador.

O município faz referência em seu Plano a vários estudos realizados em outros locais, que mostram o aumento da demanda por acompanhamento em saúde mental da população, como justificativa para as solicitações apresentadas. Nesse sentido, a literatura científica ratifica a importância do fortalecimento da rede assistencial, como orienta Noal (2019)*: “ainda que a maior parte da população afetada não venha a desencadear transtornos psicopatológicos a médio e longo prazos, o número de pessoas que demandarão auxílio específico de atenção psicossocial e saúde mental pode chegar a centenas, o que requer uma provisão dos serviços de saúde e uma estratégia específica para acompanhar estes casos que extrapolam as situações de rotina”

O município apresenta em sua proposta a demanda de construção de um CAPS municipal, contratação de profissionais de saúde mental e garantia de manutenção de medicamentos. Consideramos que tal solicitação é extremamente pertinente, tendo em vista que a construção de uma sede própria para o serviço já existente (CAPS I Belo Oriente, habilitado pela Portaria nº486, de 22 de setembro de 2010) e a contratação de profissionais para fortalecimento da equipe existente possibilita maior qualidade dos serviços prestados e garantia de estrutura física adequada e adaptada para a possibilidade de aumento de demanda.

Nesse sentido, o argumento apresentado pela RENOVA de que *“se faz necessário que o município apresente dados que comprovem o aumento de demanda no serviço de saúde mental por parte da população atingida, identificando os tipos de doenças e agravos relacionados ao rompimento da barragem que tem gerado demanda que supera as responsabilidades do SUS e a capacidade instalada do serviço de saúde mental municipal, bem como apresentar as evidências de correlação com o*

rompimento”, não se justifica, uma vez que está devidamente demonstrada a importância de se garantir uma rede robusta e de qualidade, desde que seguindo as diretrizes da política pública de saúde. A garantia de retaguarda em saúde mental não deve estar vinculada apenas a dados locais de aumento da demanda, mas sustentada em estudos sobre emergências e desastres, que garantam intervenções que previnam a necessidade de intervenção mais invasiva. Sendo assim, é importante que os serviços estejam preparados estruturalmente para o atendimento e a equipe devidamente qualificada para as condições atípicas causadas por um desastre de tamanha proporção.

Sugerimos com isso, que além das solicitações do município citadas acima, seja garantida capacitação permanente às equipes envolvidas no cuidado em saúde mental, pelo tempo que os profissionais responsáveis pela coordenação do cuidado julgarem necessário.

Além das solicitações pertinentes a rede de atenção, o município solicita o custeio de internações compulsórias em clínicas e comunidades terapêuticas, bem como o ressarcimento dos gastos realizados anteriormente com essas ações. A esse respeito, avaliamos que a internação compulsória em tais estabelecimentos não é a conduta adequada para responder às questões relacionadas a problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Apresentamos nesse processo a Nota Técnica nº 20/2015 9647829 e Nota Técnica nº65/2019 9648007, da Coordenação Estadual de Saúde Mental, álcool e outras drogas, que orientam a condução de tais ações.

A Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas está em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, que estabelece como dispositivos prioritários para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em suas diversas modalidades, e em especial os CAPS AD, Unidades de Acolhimento Adulto e Infantojuvenil (UA e UAi) e leitos em Hospital Geral, além de estimular o matriciamento e a implantação de Equipes de Consultório de Rua. Tais estratégias visam garantir atenção integral à saúde desses usuários, considerando as particularidades de cada caso e dos territórios, a construção dos casos em rede, a autonomia e os direitos dos usuários.

No caso em questão, onde foram apresentadas evidências do aumento dos problemas relacionados ao uso de drogas pela população, e considerando-se a rede já existente no município, avaliamos que a estratégia mais adequada a ser fortalecida é a contratação de profissionais de saúde mental que possam atuar em conjunto com a atenção primária, utilizando-se da estratégia de matriciamento e de redução de danos, bem como garantia e manutenção de leitos de retaguarda em hospital geral para situações de crise, além da capacitação de todos os profissionais envolvidos no cuidado. Cabe ao município avaliar a melhor maneira de garantir tais ações, sendo possível adequar as solicitações realizadas no Plano Municipal para que a RENOVA custeie as ações citadas acima pelo período necessário.

Ante o exposto, colocamo-nos à disposição para orientar o município de Belo Oriente, junto à regional de saúde de Coronel Fabriciano, na condução da assistência em saúde mental municipal.

Atenciosamente,

Viviane Souza Maciel de Almeida

Referência Técnica da Diretoria de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Lirica Salluz Mattos Pereira

Diretora de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

*NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura and CHACHAMOVICH, Eduardo. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. Cad. Saúde Pública [online]. 2019, vol.35, n.5



Documento assinado eletronicamente por **Lirica Salluz Mattos Pereira, Servidor(a) Público(a)**, em 03/12/2019, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Souza Maciel de Almeida, Servidor(a) Público(a)**, em 03/12/2019, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9640870** e o código CRC **681A7B62**.